

Brasil



PROBLEMAS NO SISU

Com nota boa, mas na 2ª opção

Estudantes também relatam falhas nas inscrições pelo sistema de cotas



AINDA SEM CULPADOS

Após 5 anos, não há condenados por Brumadinho e indenizações obtidas na Justiça são reduzidas



Sem o corpo, Tani a de Oliveira não acredita mais que encontre prima

LUCAS ALTINO
E LUIZ FELIPE AZEVEDO
brasil@globo.com.br

Cinco anos depois da maior tragédia humanitária do Brasil, não houve qualquer condenação criminal pelo rompimento da barragem da Vale na Mina Córrego do Feijão que matou 270 pessoas (duas delas grávidas). Além disso, indenizações na Justiça pelas consequências do rompimento, que também contaminou mais de 300 quilômetros do Rio Parapetaba, vêm tendo os valores reduzidos na segunda instância.

A ausência de punições criminais está ligada à mudança de esfera em que o caso é tratado. E a redução dos valores de indenizações foi apontada pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab).

Apesar de o processo estar na fase de apresentação da defesa por escrito dos réus: a Vale, a subsidiária da alemã TUV SÜD, que certificou a segurança da barragem, e 16 funcionários das duas empresas, a maioria em cargos de gestão. Eles teriam conhecimento do perigo de acidente, mas assumiram "o risco de produzir os resultados de mortes e danos ambientais", segundo a acusação.

Todos são acusados de 270 homicídios qualificados, crimes contra a fauna, a flora e a poluição. A Justiça alemã também abriu uma ação contra a TUV SÜD.

— Muita coisa foi revelada, sabemos que crimes foram cometidos, as provas são contundentes. Mas a gente tem um sistema de Justiça que passou três anos com testes conflitantes sobre a competência do caso e ainda não condenou ninguém — afirma Danilo Chammas, advogado da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos (Avabrum). — Há uma sensação de impunidade, mas os familiares continuam com fé no processo.

ACORDOS E REPARAÇÃO
A Vale alega que "segue comprometida com a reparação dos danos" e lembra que fechou acordos de indenização extrajudicial, além de outro de reparação integral, na esfera judicial, além de reforçar que "desde o início das investigações", colaborou com as autoridades e "continuará colaborando". A TUV SÜD informou que "continua



OS CAMINHOS EM BUSCA DA JUSTIÇA

Desde a tragédia de Brumadinho, nenhuma pessoa foi responsabilizada. A ação civil coletiva gerou um acordo de reparação em execução, e a ação penal ainda não foi julgada

AÇÃO CRIMINAL



• O Ministério Público de Minas Gerais denunciou 16 funcionários da Vale S.A. e da subsidiária alemã TUV SÜD em janeiro de 2020, certificadora da segurança da barragem, e em das duas empresas, por 270 homicídios duplamente qualificados e crimes ambientais.

• Depois de três anos de discussões, o STF determinou que o processo deveria ir para a Justiça Federal.

• O processo foi dividido em uma ação para a parte ambiental e outra para a parte criminal.

• Os réus estão no prazo de entrega das defesas.

• A TUV SÜD também é processada na Alemanha.

AÇÕES CÍVEIS



Acordo coletivo
• O governo de Minas e o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Vale assinaram em 2021 um acordo judicial de reparação para pagamento de R\$ 37,68 bilhões em 160 projetos em uma área de 26 municípios na Bacia do Rio Parapetaba.

• O programa inclui transferência de renda, ações ambientais e segurança hídrica.

• O acordo atingiu 68% de execução, segundo a Vale, mas ainda não houve início dos pagamentos de indenizações individuais, em discussão na Justiça.



Acordos extrajudiciais
• Segundo a Vale, mais de 15,4 mil pessoas fecharam acordos com indenizações no valor total de R\$ 3,5 bilhões.

Ações individuais
• Milhares de moradores da região afetada entraram com ações individuais pedindo indenizações. Segundo o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, 75% das decisões em segunda instância reduzem os valores a serem pagos.



"É como se a gente acordasse todo dia naquele 25 de janeiro"

Marco Antônio Cardoso, advogado que perdeu uma prima e amigos

"A gente tem um sistema de Justiça que passou três anos com testes conflitantes sobre a competência do caso e não condenou ninguém"

Daniilo Chammas, advogado da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos

Felipe Figueiredo Rocha, DIRETOR DA VALE
Chris-Peter Meier, GERENTE DA TUV SÜD NO BRASIL
Arslino Negro Junior, CONSULTOR TÉCNICO DA TUV SÜD
André Jam Vessuda, CONSULTOR TÉCNICO DA TUV SÜD
Maikoto Nizama, COORDENADOR DA TUV SÜD
Marilise Oliveira, ESPECIALISTA DA TUV SÜD
Cecilio Junior, ESPECIALISTA DA TUV SÜD

CONTINUA NA PÁGINA 13

CONTINUA NA PÁGINA 13